

# Centro de estudos da imagética da ordem dos hospitalários do Priorado do Crato:

## O castelo de Amieira do Tejo

*Hugo Ferrão*

*In memoriam de António Rodrigues*

O projecto "Centro de Estudos da Imagética da Ordem dos Hospitalários do Priorado do Crato", pretende articular um conjunto de representações formalizadas através do pensamento plástico configurado na pintura, na escultura, na iluminura, na ilustração, na gravura, na fotografia, na arquitectura religiosa, civil e militar, que se encontram nesta região. A Ordem dos Hospitalários ou de S. João de Jerusalém é uma adaptação beneditina a tempos de guerra, cuja transfiguração em Ordem de Cavalaria Espiritual teve de compatibilizar a arte da guerra e a mensagem de amor de Cristo, utilizando para tal veículos iconográficos, capazes de instaurar e revelar o imaginário através de simbólica específica.

A originalidade e significado deste projecto está associado ao posicionamento investigativo, que não prescinde das novas tecnologias da informação e comunicação e da aplicabilidade destas na construção e significação de projectos que se traduzam em intervenções que envolvam a comunidade. Pretende-se elaborar uma nova interpretação artística e científica, para além dos habituais enquadramentos descritivos da história, que abarca a imagética dos Hospitalários como campo de produção de representações, com destaque para as imagens visivas (pensamento plástico) como conjuntos organizados como hipertextos, integrando discursos que podem ir do áudio, scripto, vídeo e informo.

O crescente entendimento de que a tradição, modernidade e pós-modernidade não significam marcadores que balizam temporalidade histórica, mas sim categorias, identificadoras de estruturas de pensamento que co-existem num determinado tempo, alterou completamente a perspectiva e a avaliação crítica sobre a investigação a desenvolver, reforçando a originalidade e a pertinência deste projecto na descoberta das interacções de raiz humanista, que caracterizam os Estudos Artísticos, aliadas à capacidade de conceber novas competências e valências que redimensionem e revitalizem utilidades, funcionalidades, formações, valores simbólicos, ritualizações e fundamentalmente recentrem o papel do homem na reafirmação da diversidade cultural, condição da construção Europeia, e simultaneamente consolide a partilha do imaginário colectivo através das redes informáticas à escala global.

Este novo posicionamento investigativo, que apresentámos, recentra a consciencialização individualizada de cada elemento da comunidade perante representações da sua própria identidade, como um imaginário colectivo compósito, com diferentes graus de complexidade e diversos pontos de observação, capazes de expandir o impacto da visibilidade instantânea, operando transformações quer ao nível do indivíduo ou do grupo, expandindo ressonâncias, até agora minimizadas, pela inexistência de um plataforma assente nas tecnologias de informação e comunicação de matriz digital agregada às redes à escala global, que actualmente são acessíveis a uma grande maioria da população, permitindo programar projectos orientadores que servem a comunidade de forma a que esta seja capaz de ordenar acções conducentes à criação e revitalização de sectores considerados capazes de melhorar

efectivamente a qualidade de vida e abrir perspectivas num domínio de interconexão que marcará inevitavelmente a sociedade futura.

O projecto visa realizar recolhas de imagens provenientes de pinturas, esculturas, iluminuras, ilustrações, gravuras, fotografias, plantas e alçados de edifícios, elementos gráficos existentes no património arquitectónico confinados ao Priorado do Crato. Ordenação cronológica e temática dos documentos, bem como a sua digitalização e organização com o formato de base de dados. Deseja-se estruturar um projecto de estatutos, orientação e directrizes para a estrutura organizacional do Centro de Estudos da Imagética da Ordem dos Hospitalários do Priorado do Crato, desenvolvendo um estudo de viabilidade e recomendações apoiadas num conjunto de intervenções públicas de promoção com vista a sensibilizar poder local e potenciais patrocinadores tanto no contexto nacional como internacional.

Foram definidos por vários sectores de intervenção na vila de Amieira do Tejo, por uma equipa multidisciplinar sediada na sessão de Ciberarte do CIEBA - Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, com a colaboração do Dr. Rui Caritas Silvestre e a Dr<sup>a</sup> Paula Pinto Costa, dos quais destacamos a caracterização científica e artística, através de registos de vária natureza, do património construído (Castelo, Igreja Matriz e Igreja Barroca do Calvário), bem como, o levantamento de outros imóveis considerados de interesse (Casa do Balcão, Casa Horta da Peleja, Casa Gouveia, Capelas e Ermidas) que farão parte e estarão sinalizados nos diferentes roteiros que configuram possíveis percursos culturais que podem também serem explorados e experienciados como «estação virtual» da Amieira do Tejo» na sua dimensão digital.

O conceito de Ordem Religiosa Militar e a origem da própria Ordem dos Hospitalários em Jerusalém no contexto das Cruzadas adquire enorme complexidade em termos imagéticos pela profusão das suas manifestações, contaminando desde as funções de assistência e serviço e técnicas da arte da guerra, passando pela jurisdição eclesiástica, pela própria concepção das armas. Ao circunscrevermos o papel da Ordem em Portugal e especificamente no Priorado do Crato, fazemo-lo porque consideramos altamente benéfico a instalação de um Centro de Estudos com esta especificidade na vila de Amieira do Tejo (Concelho de Nisa, Distrito de Portalegre) como motor de desenvolvimento alicerçado e sustentado em projectos de investigação e culturais que congregam arte, ciência e novas tecnologias.

A percepção do significado e importância do estreitamento coisificante entre este projecto de investigação e os possíveis reflexos sobre a comunidade levou o poder local, neste caso representado pela Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Eng.<sup>a</sup> Gabriela Menino Tsukamoto, a apoiar concretamente esta iniciativa, realizando protocolo de forma a reunir as condições materiais mínimas para se poder começar a investigar e a programar um conjunto de eventos integrados na estratégia do projecto.

A Amieira do Tejo é uma pequena vila que fazia parte do antigo Priorado do Crato, situa-se no Alto Alentejo no distrito de Portalegre, concelho de Nisa. Encontra-se numa região de enorme beleza natural, preservada por múltiplos factores, mas também graças a perspectivas políticas de desenvolvimento sustentado, pela existência de um poder, autárquico capaz de agir localmente e que começa a pensar à escala global, cuja visão se traduz num melhoramento continuado da qualidade de vida das populações de um modo geral materializando a liberdade, a igualdade e a fraternidade, desígnios a cumprir num estado democrático.

Nesta região deparamos com imensos vestígios arqueológicos indiciando que foram identificadas as condições propícias à instalação de comunidades humanas desde os tempos mais recuados, essas vivências fortes, em que o corpo é testemunha da eternidade, chegam-nos através de silêncios contemplativos que marcam e habitam este espaço encantatório.

Ao tactearmos com o olhar a pele do corpo de pedra das antas, dos machados polidos, das sepulturas antropomórficas esculpidas no granito amarelo, dos desenhos gravados no xisto, espécie de mapas protectores, quando bebemos a água fresca das fontes e dos poços com datações romanas, quando vislumbramos os marcos com cruces da ordem dos Templários ou dos Hospitalários, assinalando

poderes e geometrias territoriais, e se simultaneamente formos capazes de entender as mitologias nacionalistas como programas de «exclusão», que nos obrigavam a esquecer a influência dos infiéis-árabes, uma cultura altamente evoluída, tornamo-nos capazes de reencontrar nas atitudes, nos comportamentos, na estrutura habitacional, nas práticas agrícolas, nos utensílios, e nos rituais das trocas, vestígios desta atmosfera fascinante que é a matéria da história, que nos convoca para sentirmos e percebermos que existe um legado, uma espessura de significações que não nos deixa indiferentes.

A localização estratégica desta vila é indissociável do acesso e controle do Tejo, como porto de rio, portagem e passagem, pois o estreitamento e caudal constante do rio eram condições favoráveis para a sua travessia em maior segurança. A utilização desta via para ir além Tejo remonta aos Romanos, havendo registos fotográficos (1936) da existência de um poço do concelho junto à casa do Balcão, edifício da antiga sede de Concelho de Amieira, extinto em 1836, onde se encontravam inscrições romanas. Infelizmente este poço foi atulhado na década de 60 do século XX e as pedras retiradas para parte incerta. Contudo ainda se podem encontrar outros poços de forma quadrangular (Casa da Fonte) e o aproveitamento de uma ara existente na frontaria da ermida do Senhor da Cruz onde foi inscrita a data de 1510, provavelmente para assinalar a sua edificação, que atestam a presença romana e seguramente são sinalizadores de local de passagem obrigatória ou entreposto que facultava acesso fácil e protegido ao Tejo, não sendo estranha a hipótese da localização do Castelo da Amieira ser coincidente com alguma edificação romana.

Existe na Amieira do Tejo um castelo, que se pensa ter sido edificado no fim do século XIII por D. Álvaro Gonçalves Pereira (?-1379), Prior dos Hospitalários de S. João de Jerusalém, um monge-guerreiro, também conhecido por «Prior Velho» filho do Arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira (1280-1348) e de D<sup>a</sup> Teresa Pais Vilarinho, homem de grande poder, descendente de uma linhagem que está directamente relacionada com a Ordem dos Hospitalários em Portugal, julga-se ter sido iniciado enquanto jovem na Ordem vindo a ascender posteriormente a Prior desta.

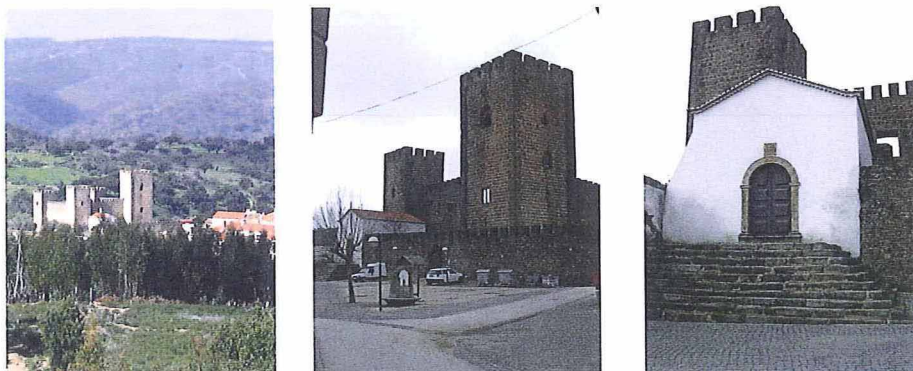


Fig. 1 – Vistas gerais actuais (2009) do Castelo da Amieira do Tejo e da Capela de S. João Baptista.

.Ao referirmos o Castelo da Amieira do Tejo temos de obrigatoriamente de passar pelas Ordens Militares como a dos Templários, Santiago, Santo Sepulcro, Teutónica ou a dos Hospitalários, todas elas criadas no contexto económico, político e religioso da Idade Média e inseparáveis da necessidade concreta de reconquista, protecção e assistência às peregrinações aos lugares santos e ao mesmo tempo dilatar o Cristianismo enquanto sistema religioso. A estas ordens militares é atribuído a missão de serem guardiães da Terra Santa, abrem-se várias frentes para além da Palestina, a comprová-lo

estão as diversas Cruzadas com distintos propósitos, o mundo da Cristandade é um mosaico imenso com vários núcleos espirituais específicos.

As ordens religioso-militares são um híbrido (monge-guerreiro) que emerge da teoria das três ordens, apresentando uma visão sacralizada da sociedade, concebida pelas elites do alto clero, em que os bispos jogavam papel importante pois provinham da nobreza, onde eram tecidas estratégias e objectivos eminentemente políticos. Essas famílias acabavam por colocar elementos seus, visando ampliar a sua esfera de poder. A esta condição privilegiada aliava-se, para além da «gestão do espírito» a «gestão político-diplomática» que lhes advinha de uma formação em que a palavra e a escrita, a par da retórica argumentativa, exerciam um domínio concreto e consolidavam o grande protagonismo e ascendente, enquanto mediadores-negociadores sobre os cavaleiros-guerreiros.

A capacidade de dirimir conflitos através de poderes e personagens que aparentemente podem ser imparciais reveste-se da maior importância durante o século IX e X, pois procura-se estabilizar o poder real constantemente fragilizado pelas lutas intestinas entre os senhores feudais. Contudo, será o alto clero a evocar um poder e vontade feita de «razão divina», que muitas vezes está para além da compreensão dos homens, pois pertence à esfera do divino, de forma a legitimar inquestionavelmente uma sociedade tripartida em categorias estanques e com papéis e funções muito bem determinadas, resultando das suas relações uma «harmoniosa» troca de serviços, aproximando-se a sociedade de uma espécie de grande irmandade universal preconizada pelo cristianismo (Georges Duby).

Esta trilogia é constituída pelos grupos da nobreza-cavaleiros, representantes da ordem profana-temporal, o do clero-clérigos, mediadores e defensores intransigentes da ordem sagrada-espiritual, e por último o do povo-plebe, uma «massa informe», um rebanho, que tem imensos deveres e poucos direitos, mas que deve de trabalhar de maneira a preservar e perpetuar as melhores condições existenciais e materiais da nobreza e do clero<sup>77</sup>.

A idealização do monge-guerreiro, implica para além dos votos de obediência, pobreza e castidade, aceitar a sua morte por Cristo e interpretar a morte dos inimigos do Senhor, como um puro acto de glória e não um assassinato, pois efectivamente está a castigar os ímpios para restabelecimento da ordem divina e glória dos justos. Era este o pensamento religioso transversal a todas as ordens militares criadas com o objectivo de libertar os lugares santos, um novo género de exército de Jesus Cristo na Terra, constituído por cavaleiros que pelos seus actos heróicos na terra, um dia fariam parte da cavalaria celestial.

As palavras de São Bernardo de Claraval (1090-1153), o guia espiritual da Ordem dos Templários e arquitecto das suas regras, dando resposta à petição do fundador da Ordem do Templo, Hugo de Payen para que lhe fizesse um discurso de exortação da missão dos seus cavaleiros, confirmam esta visão: (...) «que combatam somente pelos interesses do seu Senhor, sem temor de incorrer em algum pecado pela morte dos seus inimigos, nem em perigo nenhum pela sua própria, porque a se dá ou se recebe por amos a Jesus Cristo, muito longe de ser um crime, é digna de muita glória» (*Liber ad Milites Templi. De Laude Novae Militiae* – Louvor à Nova Milícia, aos Soldados do Templo (1130).

As «armas não corpóreas» deram lugar a «armas corpóreas», novas técnicas de guerra, equipamentos militares, fortificações inexpugnáveis das quais ressoam os horrores da guerra ocultados e tão bem descritos na sua crueza absurda por Amin Maalouf.(1949)<sup>78</sup>. A «batalha interior» dos monges-guerreiros apazigua-se através do culto Mariano, que revela o ideal de cavalaria que encontra na figura da mãe (*Notre Dame*) a representação da candura, da abnegação, da pureza e da humildade,

<sup>77</sup> Georges Duby é autor incontornável, de uma obra vasta, grande parte traduzida para português, no âmbito da história medieval. A clareza expositiva e o rigor das suas pesquisas contribuíram para uma outra perspectiva da Idade Média.

<sup>78</sup> Amin Maalouf em *As Cruzadas vistas pelos Árabes* coloca-nos perante a visão dos outros, esta versão retrata o pesadelo dos invadidos, e dá-nos a visão daqueles que se confrontaram com os cruzados.

identificando na Virgem Maria o arquétipo do receptáculo, a mediadora, aquela que intercede na Sua infinita compaixão e bondade pela ascensão dos humanos à condição divina. A pintura Renascentista utiliza magistralmente este ideal de cavalaria através das múltiplas *Madonnas*, nas quais são encenadas histórias reais, como um feito militar relevante comemorando uma vitória de um *condottieri*, vitória essa só possível pela intercepção divina, sendo aquela imagem pictórica uma hiper-realidade, que está para além do real, onde o senhor condutor de homens guerreiros, passa a fazer parte de um panteão de divindades, onde o centro simbólico destas *Sacras Conversaciones* é a Nossa Senhora.

A diabolização e criação de um «fiel inimigo» e a progressiva radicalização e militarização do discurso da Igreja no sentido de justificar a urgência de uma «guerra justa» converte o mundo num campo de batalha entre as forças do bem e do mal, da matéria e do espírito, da luz e das trevas, dos justos e dos injustos, dos cristãos e dos muçulmanos. A coerência argumentativa vem de Santo Agostinho ao elaborar a síntese entre platonismo e cristianismo, matizando de espiritualidade orientada o cristianismo, considerando que podem haver «guerras justas», que estas não tem apenas o papel de vingar e punir as injustiças, mas também de repor a verdade, pelo que os Lugares Santos devem ser recuperados porque se encontram ilicitamente nas mãos dos infiéis. Este argumento permite a bênção das armas e toda a espécie de barbaridades que se justificam pelo propósito maior de preservar a ordem e a vontade de Deus.

As ordens de cavalaria religiosa colocam, na sua origem, um problema simbólico fundamental: a incompatibilidade entre a praxis da guerra e a mensagem amarcial de Cristo. A noção de milícia espiritual tem origem antiquíssima, presente desde cedo na cultura Indo-europeia, com especial ênfase no Zoroastrismo, e é importada para o Cristianismo por intermédio de contactos com o Islão Chiita. O carácter subtil desta herança é claramente revelado no final da Idade Média, protagonizada pelos Templários, patente em tentativas de reforma especulativa da Ordem, tal como o célebre caso do Priorado de São João da Ilha Verde, verdadeiro foco espiritual da célebre Mística Renânia.

O Castelo da Amieira do Tejo pode funcionar como um portal imagético que radica no projecto de reconquista iniciado quase dois séculos antes e levada a cabo na Península Ibérica, com a participação activa das Ordens dos Templários e dos Hospitalários, actores que desempenharam papel importante no combate ao infiel, pois tinham aperfeiçoado e exercitado técnicas militares a todos os níveis. Estas possuíam uma máquina de guerra disciplinada e baseada em «guerreiros-monges profissionais», com código de honra fortíssimo em campo de batalha e valores poético-místicos que configuram o imaginário cavaleiresco, detentores de conhecimentos da arte da arquitectura e engenharia militar que lhes permitiam construir fortificações quase inexpugnáveis, muito funcionais, protagonizaram a organização territorial e administrativa de vastas áreas doadas pelos seus serviços, garantiram o próprio repovoamento, exerceram jurisdição eclesiástica e civil e foram poderosos conselheiros e aliados dos nobres e monarcas intervenientes nas lutas contra o muçulmano.

Personagens como o Conde D. Henrique da Borgonha (1066-1112)<sup>79</sup>, pai do futuro primeiro rei de Portugal D. Afonso Henriques (1108?-1185) senhor do Condado Portucalense, e muitos nobres, recorreram aos serviços dos Templários e Hospitalários nas campanhas militares, de repovoamento e de financiamento, levadas a cabo contra os muçulmanos, estratégia continuada pela sua mulher D<sup>a</sup> Teresa de Aragão, após a sua morte. D. Henrique era oriundo da Borgonha, os borgonheses são descendentes um povo germânico da costa do báltico (burgundii), A fundação de Portugal está «miscigenada» com Borgonha, região a sul da actual «grande França», era um reino independente, de onde é oriundo Hugues de Payen (1070-1136) fundador da Ordem dos Templários, e seu primeiro Grão-Mestre, ser primo de Bernard de Claraval figura impar da cristandade.

A influência efectiva destas organizações supranacionais na condução dos destinos de Portugal mantém-se ao longo das duas primeiras dinastias. No entanto diferenças profundas entre as diversas

---

<sup>79</sup> O Conde D. Henrique de Borgonha é filho de Henrique de Borgonha e bisneto de Roberto I de França e sobrinho neto de Santo Hugo, Abade de Cluny (1024?-1109) homem de grande influência, tendo sido confidente do Papa S. Gregório VII (1073-1085) e dinamizador das peregrinações a Santiago de Compostela, bem como do envio de cavaleiros borgonheses para a Península Ibérica, entre eles julga-se que o Conde D. Henrique de Borgonha.

ordens, como por exemplo a Ordem dos Templários que nasce «militarizada», ao passo que a criação da Ordem dos Hospitalários (1070) não continha esta faceta bélica, sendo a sua fundação anterior à primeira cruzada (1095-1099), esta surge integrada na missão de auxiliar os peregrinos que se deslocavam a Jerusalém, embora já existisse um hospital cujo santo protector era São João Baptista em Jerusalém, dirigido por monges Beneditinos onde eram acolhidos os peregrinos. Estes monges tinham regras, a sua divisa era *pax, ora et labora*, diz bastante das formas de conduta em comunidade que foram largamente adoptadas por outras organizações cristãs, sofrendo ao longo dos anos reformas nas quais se reviam.<sup>80</sup> É portanto neste contexto que comerciantes da República Marítima de *Amalfi*, tomam a iniciativa de reforçar e contribuir para a realização de infra-estruturas hospitalares que facilitassem a vivência dos peregrinos na cidade santa.

A cidade de *Amalfi* fica na região da Campânia em Itália possui um porto de mar que se abre para o Golfo de Salerno. Esta situação geográfica privilegiada permita transportar por mar muitos peregrinos, quer no sentido de Jerusalém quer no de *Amalfi*. A par do transporte dos peregrinos existia intensa actividade comercial quer por terra como por mar, com especial enfoque nas rotas marítimas do Mediterrâneo Oriental, muito activas entre o século IX e o século XIII, e consequentemente com acesso aos mercados do Médio Oriente e inevitavelmente à Terra Santa.

Os comerciantes de *Amalfi*, que se pensa já prestarem assistência aos peregrinos desde 1048, mantinham boas relações com o Califa do Egipto Ali az-Zair (1005-1036) um hábil negociador, responsável pela reconstrução da Igreja do Santo Sepulcro, destruída em 1009, como gesto diplomático de aproximação aos Cristãos, atenuando tensões de uma cidade santa para muçulmanos, judeus e cristãos. Este Califa procurou alianças que consolidassem o poder do Império Fatimida, cuja vastidão englobava neste período o Egipto, a Síria, parte do Norte de África, Malta, Sicília, Sardenha e algumas ilhas menores do Mediterrâneo.

As negociações visavam a permissão para se construir na parte cristã de Jerusalém<sup>81</sup>, entre várias edificações (igreja, mosteiro, albergue), um hospício com funções hospitalares que se veio a chamar Hospital de S. João de Jerusalém (1080) para albergar os corpos martirizados dos peregrinos, ministrar tratamentos e ao mesmo tempo transmitir a sensação securizante proporcionada por uma comunidade de paz<sup>82</sup>, aberta aos cruzados e mesmo aos judeus e muçulmanos, esse hospital modelar era dirigido por Gérard de Martigues<sup>83</sup> (?-1120), a quem se deve a organização inicial dos Hospitalários, muito influenciada pelas regras monásticas, (Santo Agostinho) exercendo de forma exemplar a caridade, fraternidade e assistência na doença.

O reconhecimento do cumprimento integral destes deveres, em tudo concordantes com o ideário cristão, fez com que o Papa Pascoal II (?- 1118) através da bula *Piae Postulatio* (1113), considerasse a obra de «hospitalidade» aos peregrinos prestada pela irmandade dirigida por Gérard de Martigues (Primeiro Mestre dos Hospitalários) como meritória à luz dos mais nobres propósitos da Santa Madre Igreja, e por isso aprovava os seus estatutos e colocava esta congregação sob a protecção directa da Santa Sé. Esta bula será revista pelo Papa Calistus II (?- 1124) em 1120.

---

<sup>80</sup> As ordens religiosas começam a ter expressão a partir do século IV e encontram-se para além da hierarquia da Igreja, estas comunidades de cristãos viviam segundo os votos de pobreza, castidade e obediência, muitas vezes idealizando o «retorno ao primitivismo cristão», são legitimadas pela Igreja, e estruturam-se segundo regras, são dirigidas pelos Abades que tinham a obrigação de fazer funcionar regularmente a comunidade e respondiam perante os Bispos, entre estas comunidades, referindo apenas algumas estão os Eremitas, os Beneditinos, os de Cister ou Bernardos, os Cartuxos, os Agostinhos, os Franciscanos, os Dominicanos, os Capuchinhos, os Carmelitas e os Jesuítas.

<sup>81</sup> Na «Cidade Santa» coexistiam três grandes sistemas religiosos monoteístas, cristão, muçulmano e judeu, a convergência dos múltiplos peregrinos das diferentes religiões em Jerusalém gerava enorme tensão, lutas e massacres.

<sup>82</sup> Bertrand Galimard Flavigny é fundador da revista «Hospitaliers» que tem desenvolvido um trabalho de estudo e divulgação das implicações da referida Ordem em França, escreveu um artigo que é uma síntese curiosa, intitulado: Os Hospitalários de S. João de Jerusalém, *Histoire Spéciale*, nº 53, Maio-Junho 1998

<sup>83</sup> Gérard de Martigues, na Provença em França ou Gérard de Thom, oriundo de Amalfi, mas também é conhecido por Gérard de, Tum, Tune, e Tenque.

As negociações para as edificações em Jerusalém foram bem sucedidas e houve permissão para a sua construção por parte do Califa do Egipto. Podemos inferir da precariedade das instalações em que deviam encontrar as dos Monges Beneditinos, e a urgência de tornar a estadia dos peregrinos mais assistida e segura, bem como, a influência e poder dos mercadores de *Amalfi*, marcada também pela manutenção simbólica como padroeiro da Ordem S. João Baptista, sugerindo o propósito da continuidade dum projecto anunciador de tempos novos.

A peregrinação é um acto magnífico de espiritualidade que simboliza a vida como uma viagem de retorno à «terra santa». Esta aspiração está enraizada na crença do contacto directo com locais e relíquias sagradas ou com a bem aventurança de testemunhar milagres extraordinários. Existem três lugares santos, que ainda hoje exercem grande fascínio sobre os cristãos, Santiago de Compostela na Galiza<sup>84</sup>, onde se descobre o túmulo do Apóstolo S. Tiago o Maior, que segundo a tradição terá chamado a si a missão de evangelização da Ibéria, Roma de S. Pedro, considerado o maior e mais devotado dos apóstolos, que Jesus Cristo profetiza como a primeira «pedra» da Sua Igreja e que foi crucificado, por sua vontade, de cabeça para baixo por não se considerar merecedor ou ao mesmo nível de Jesus Cristo, e por último Jerusalém, o «lugar sagrado» por excelência onde se poderia visitar o Santo Sepulcro e o Calvário, bem como outros locais por onde Jesus havia passado.

Na Idade Média, partir em peregrinação a qualquer um dos três lugares referidos de devoção e fé representava cumprir uma viagem espiritual libertadora, mas para que isso fosse possível havia a necessidade e o dever de libertar, não em termos figurados, mas concretos, libertar militarmente estes lugares de infiéis e de todos os perigos decorrentes dessas «não pessoas».

O desejo do peregrino viajar para um «lugar de morte» reside na crença da regeneração, na esperança de um renascimento, pois existe a consciência de que a morte é apenas uma passagem sem a qual não se pode renascer. Se o peregrino morre para o mundo, é necessário que o homem velho sucumba para poder emergir o homem novo em todo o seu esplendor espiritual.

A constatação por parte dos Hospitalários da enorme exposição dos peregrinos cristãos a toda a espécie de agruras para chegarem à Terra Santa levou-os, também por influência dos Templários, a reclamarem o estatuto de Ordem Militar (1135) por Raimundo du Puy (Grão-Mestre de 1120 – 1160?) para melhor cumprirem a sua missão. Os Hospitalários passam a defender com as melhores práticas militares fortalezas, participam em todas as grandes batalhas e patrulhavam as fronteiras, tornam-se numa força militar supranacional quase completamente independente de poderes religiosos ou laicos, o que por vezes entrava em rota de colisão com interesses instituídos, como veio a acontecer com o processo dos Templários e respectiva extinção. Por seu lado, os Hospitalários tornaram-se uma organização altamente fiável e indispensável ao esforço de guerra na Palestina, assim como na Península Ibérica.

A vinda dos Hospitalários para Portugal é difícil de datar, pois infelizmente o cartório principal que se encontrava no Mosteiro de Flor da Rosa, que era a sede do Priorado do Crato foi destruído por D. João d' Áustria (1662), no período das lutas da Restauração. No entanto, desde o Conde D. Henrique que é sentida a necessidade imperiosa do apoio das Ordens Militares para se poder concretizar o projecto da Reconquista na Península Ibérica, com D. Afonso Henriques, emerge uma nova dimensão com o propósito de objectivar um reino e ser reconhecido como rei<sup>85</sup>. O Foral da “Carta do Couto” datado de

---

<sup>84</sup> *Campus Stellae* (compostela - campo da estrela) torna-se a peregrinação para a estrela e a rota é a «via láctea» no fim da qual se encontra a constelação de cão maior; não deixa de ser interessante saber que S. Tiago o Maior era um dos Apóstolos e irmão de S. João Evangelista, acompanhado por um cão segundo conta a lenda, que simboliza fidelidade e vigilância, mas possui outro atributo o de guardar e guiar o rebanho. A insígnia dos peregrinos de Compostela é uma concha, a *vieira-mérelle*, que significa *mère de la lumière* (mãe da luz) e é também o nome de uma pequena aldeia perto de Noya. S. Tiago o Maior é considerado como o padroeiro da reconquista da Península Ibérica pois na batalha de Clavijo (844) contra os muçulmanos, surge como cavaleiro celeste, montado num cavalo branco empunhando uma espada flamejante.

<sup>85</sup> Existe um conjunto de autores que encarnam várias perspectivas sobre os Hospitalários dos quais destaco apenas alguns: José Frei Lucas de Santa Catarina, José Anastácio de Figueiredo, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Ruy Azevedo, José Rodrigues, Paulo Pereira e Paula Maria da Costa com uma excelente tese de doutoramento intitulada: *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade*.

1140, que certifica as regalias consentidas aos Hospitalários por Dom Afonso Henriques, dá notícia da presença desta Ordem em Portugal desde os primórdios da sua história. Embora a bibliografia tradicional tenha situado o estabelecimento da Ordem em território português entre 1122 e 1128, em Leça do Balio, hoje pensa-se que esta presença é anterior às datas apontadas.<sup>86</sup>

O reconhecimento do significado e importância do carácter plurinacional e supranacional da Ordem dos Hospitalários faz com que consigam manter a independência da Coroa pela forma como se implantam no condado Portucalense e o protagonismo adquirido ao serviço da Coroa e grande envolvimento no povoamento e fortificação das terras doadas de Guidintesta, que faziam parte da linha defensiva do Tejo e simultaneamente funcionavam como corredor ou ponta avançada da reconquista peninsular, consolidando a presença desta Ordem de tal forma que é formado o Priorado de Ucrato (Crato) ao qual pertenciam as vilas de Amieira do Tejo, Gáfete, Tolosa, Gavião, Belver, Envendos, Carvoeiro, Proença-a-Nova, Sertã, Pedrógão Pequeno, Oleiros e Álvaro. Os castelos de Amiera do Tejo, de Belver, do Crato e o Mosteiro de Flor da Rosa são testemunhos da presença e poder dos Piores que marcam a organização territorial e administrativa desta região do Alto Alentejo.

A mais antiga doação ao Hospital em Portugal, com carácter militar, data do último quartel do século XII, e irá dar origem ao castelo de Belver. Em 1194 o rei D. Sancho I (1154-1211), cujo cognome era o Povoador, confere aos cavaleiros do Hospital as terras de Guidintesta no vale do Tejo, como reforço militar de reconquista, para aí estabelecerem fortaleza militar que se chamará de Belver, porque instalado num local que permite abarcar grande horizonte e controlar o rio Tejo, verdadeiro baluarte estratégico da reocupação cristã.

Os Hospitalários portugueses vieram a possuir grandes domínios a sul, à volta de dois pólos: um núcleo perpendicular ao Tejo, engravado nos territórios Templários, entre Pedrogão, Oleiros, Belver e Crato; outro núcleo, nas margens do Guadiana, abrangendo Mourão, Moura e Serpa. Estes largos domínios que os Hospitalários obtiveram em território português, especialmente sob o reinado de D. Sancho II (1209-1284), permitiram que em 1232 os Cavaleiros do Hospital criassem uma base militar exclusiva, na região de Portalegre, o Priorado do Crato. Na fortaleza do Crato é estabelecida a nova casa capitular, de regimento da ordem em pertença portucalense. O superior da Ordem do Hospital em Portugal passou a ser denominado Prior do Crato.

A manutenção destes domínios foi sempre difícil e mesmo entre Templários e Hospitalários existiu uma tensão permanente pois tinham interesses muito próximos. Isto é visível aquando do processo dos Templários durante o reinado de D. Dinis (1261-1325) confrontado com a bula pontifícia *Regnans ni Coelis* do Papa Clemente V (1264 - 1314) em grande cumplicidade com Filipe IV o Belo (1268-1314), que é o verdadeiro mentor da extinção da milícia do Templo, faz com os bens e rendimentos dos Templários passem, por um lado, reclamados pela coroa, e outra parte, por determinação pontifícia revertessem para Hospitalários de S. João de Jerusalém, porém o rei português propôs ao Papa João XXII (1249-1334) a fundação de uma nova milícia a de Cristo, (*Ordo Militiae Jesu Christi*) «exclusiva» de Portugal, (criada pela bula *Ad ea ex quibus* – 1319) a qual incorporaria o património Templário que temporariamente havia transitado para os Hospitalários, pelo que este «volta» para a Ordem de Cristo na qual foram integrados todos os Templários Portugueses.

O poder dos senhores do Crato era tal que foi visto com potencial perigo por inúmeros reis portugueses e nem sempre a orientação dos Grão-Mestres nas lutas políticas foi a mais sensata, como veio a acontecer repetidas vezes com a tomada de partido, como o irmão mais velho de D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431) o Contestável, D. Pedro Álvares Pereira (?), Prior do Crato, apoiante de D. Leonor Teles viúva de D. Fernando I (1345-1383) e sob pressão de D. João de Castela (1358-1390) que se julgava com legitimidade para reclamar o trono de Portugal, contra o Mestre de Avis, futuro D. João I (1357-1433). Idêntica situação sucedeu quando o Prior D. Fr. Nuno de Góis (?) ao oferecer os seus préstimos à Rainha D. Leonor de Aragão, viúva de D. Duarte (1391-1438) cuja regência (futuro Rei D.

---

<sup>86</sup> Investigações recentes antecipam um pouco esta data – Paula Maria de Carvalho Pinto – A Ordem Militar do Hospital em Portugal (Séc. XII-XIV), Porto: Faculdade de Letras 1993 (dissertação de Mestrado)



Afonso V (1432-1481) era interpretada com alguma suspeita por não ser portuguesa, vindo a ser afastada e substituída pelo infante D. Pedro irmão do rei que terá tomado pelas armas o Priorado do Crato para estancar uma guerra civil.

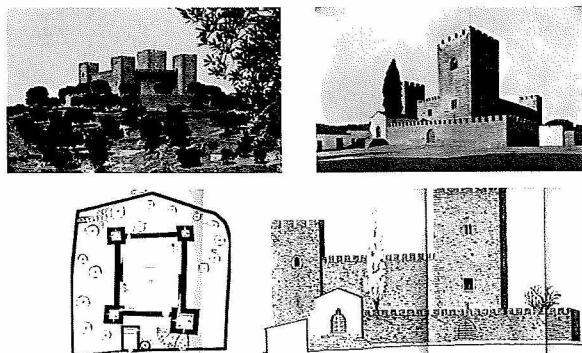


Fig. 2 – Vista Geral do Castelo da Amieira do Tejo (1950), planta e alçado principal

O Castelo da Amieira do Tejo foi classificado como Monumento Nacional pelo decreto nº 8447 de 1922, depois de perder a sua importância militar teve vários usos, desde prisão, celeiro e cemitério, o estado geral actual é satisfatório, pois ao longo dos tempos recebeu algumas benfeitorias, contudo a mais recente foi realizada pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, na década de 40 do século XX, uma intervenção de fundo que estabilizou o edifício. As marcas profundas da deterioração provocada pelo tempo e pelos homens estavam a interferir e a anunciar o colapso de áreas com fendas enormes na torre de menagem que fragilizavam a sua sustentabilidade e solidez, no seu interior das torres para além de já não terem telhados nem sobrados encontravam-se bastante atulhadas, os muros da barbacã foram utilizados para construção de alguns arrumos para gado e palheiros, encontravam-se muito danificados. As portas primitivas obstruídas, foram reconstruídas através da descoberta de suas cantarias, a sua localização deve-se, em parte, a desenho do arquitecto Pedro Nunes Tinoco, responsável pelo levantamento-relatório de todas as plantas e perfis das igrejas e vilas do Priorado do Crato (1620).

O cemitério que se instalou no chão da praça e parte da barbacã porque se encontrava bastante atulhado, era assistido pela capela de S. João Baptista datada de 1556 e incorporada na barbacã, fez-se nesta a recuperação do telhado, altar e consolidou-se a abóbada com pinturas decorativas. Esta capela servia para o culto e como capela mortuária, foram também removidos dois jazigos e restaurada a cisterna que existe no meio da praça de armas.

O castelo tem pequenas dimensões e é de planta quadrangular, volumetricamente assemelha-se a um cubo em que as faces laterais são fortes muralhas ameadas com quatro torres, que se distinguem entre si, segundo os amieirenses, por nomes, sendo o da capela a torre de «S. João», a dos «Pandeiros» (sul-poente) e a do «Sanguinho» (poente-norte) e por último a de menagem a maior e mais alta.

No Boletim Monumentos, nº 61 de Setembro de 1950, da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, faz-se um relato detalhado das obras de restauração o que nos faz entender a dimensão e o nível profundo do restauro:

«I – Demolição de várias casas térreas que se haviam construído junto da Torre de Menagem e da muralha da barbacã, e que para tal fim foram devidamente expropriadas. II – Demolição, na praça de armas, de diversos muretes construídos quando naquela parte do Castelo se estabeleceu o cemitério

local. III – Demolição de jazigos particulares edificados junto à fachada lateral da capela. IV – Consolidação e reconstrução de alguns panos de muralha que ameaçavam ruir. V – Desentulho do pavimento térreo da Torre de Menagem, até ao primitivo nível. VI – Reconstituição das portas da barbacã e da praça de armas, segundo as cantarias e os demais elementos que entre os destroços se encontraram. VII – Construção do adarve da barbacã, em conformidade com os vestígios existentes. VIII – Demolição da placa de betão que recobria parte da Torre de Menagem. IX – Construção dos pavimentos que faltavam em todas as torres. X – Construção dos telhados das mesmas torres. XI – Construção da porta de entrada do Castelo e de portas e caixilhos para a Torre de Menagem. XII – Reconstrução do telhado da capela e consolidação da respectiva abóbada. XIII – Reconstrução dos rebocos interiores e exteriores da mesma capela. XIV – Desentulho e reparação geral da cisterna. XV – Consolidação e restauro dos esgrafitos da abóbada da capela. XVI – Consolidação do altar da capela. XVII – Reconstrução do pavimento de tijolo da capela.»<sup>87</sup>

Não poderia concluir esta aproximação à imagética dos Hospitalários, através do seu castelo e a este projecto de criação do Centro de Estudos da Imagética da Ordem dos Hospitalários do Priorado do Crato, a sediar na Amieira do Tejo, que agora se inicia, sem evocar dois Amieirenses que tiveram particular importância na construção deste projecto, Tude de Martins de Sousa (1874-1950) e Francisco Vieira Rasquilho (1887-1946) autores de «Amieira do antigo Priorado do Crato», publicado em 1936, onde, por palavras de António Ventura «é feito um estudo de grande qualidade demonstrando um trabalho cuidadoso de investigação e de redacção, o que reforça o seu interesse e necessidade da reedição de muitos deles».<sup>88</sup>

---

<sup>87</sup> Boletim Monumentos, Castelo de Amieira, nº 61, (Set. 1950) Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 26-27

<sup>88</sup> MARTINS DE SOUSA, Tude; RASQUILHO, Francisco Vieira – Amieira do antigo Priorado do Crato, Figueira da Foz, Tipografia Popular, 1936. Foi editada uma versão fac-similada desta obra pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982. A Câmara Municipal de Nisa em colaboração com António Ventura editaram: VENTURA, António – Tude Martins de Sousa – Estudos Dispersos, Nisa, Câmara Municipal de Nisa, 1992.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Conde de – Ordem Soberana e Militar de Malta, Colectânea de Legislação, Lisboa, ACD Editores, 2006.
- AAVV – As Cruzadas (1096-1270), Cascais, Editora Pergaminho, 2001.
- Boletim Monumentos, Castelo de Amieira, nº 61, (Set. 1950) Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
- COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto – A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2000.
- D'AREIA, A. Vieira – O Processo dos Templários, Porto, Livraria Civilização Editora, s.d.
- DUDY, Georges – O Tempo das Catedrais, a Arte e a Sociedade 980-1420, Lisboa, Editorial Estampa, 1979.
- DUDY, Georges – Uma Batalha na Idade Média, Bouvines, 27 de Junho de 1214, Lisboa, Terramar, 2005
- DUDY, Georges – A Sociedade Cavaleiresca, Lisboa, Teorema, 1989.
- DURAND, Gilbert – A Imaginação Simbólica, Lisboa, Arcádia, 1979.
- FIGUEIREDO, José Anastácio de – Nova História da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grão-Priores d'ella em Portugal (3 Vols.), Lisboa, Of. De Tadeu Ferreira, 1800.
- HERCULANO, Alexandre – História de Portugal, Desde o começo da Monarquia até ao fim do Reinado de D.Afonso III (4 Vols.) Lisboa, Bertrand Editora, 1989.
- MARTINS DE SOUSA, Tude; RASQUILHO, Francisco Vieira – Amieira do antigo Priorado do Crato, Figueira da Foz, Tipografia Popular, 1936
- PANOFKY, Erwin – O Significado nas Artes Visuais, Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- PINTO, Jaime Nogueira – Nuno Álvares Pereira, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.
- RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo; VILHENA DE CARVALHO, Maria João – O Mosteiro da Flor da Rosa – O Pólo Museológico de Escultura em Pedra, Lisboa, IGESPAR/DRCALEM, 2008.
- RODRIGUES, Jorge; PEREIRA, Paulo – Santa Maria de Flor da Rosa, um estudo de História da Arte, Crato, Câmara Municipal do Crato, 1986.
- RUNCIMAN, Steven – História das Cruzadas (3 Vols.), Lisboa, Livros Horizonte, 1992.
- SOUSA E FILHO, Isabel L. Morgado – A Ordem de Cristo (1417-1521), Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2002.
- VENTURA, António – Tude Martins de Sousa – Estudos Dispersos, Nisa, Câmara Municipal de Nisa, 1992.